

Criminalizar a Homofobia, desafio para o Senado Federal

* Marcelo Nascimento

A maioria dos brasileiros assiste passivamente cenas diárias de discriminação e até violência física contra o segmento mais odiado do país, os homossexuais. Segundo pesquisas, a cada dois dias um homossexual é barbaramente assassinado no Brasil, fato que vem chamando a atenção de organismos internacionais de Direitos Humanos e coloca nosso país na condição de líder no ranking em violência contra o segmento GLBT.

*Orientação Sexual - Direção do Depto. de Legalização
Identidade de Gênero sup/Estor*

A Constituição Brasileira, em seu artigo 5º, diz que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Este é um dos princípios fundadores da República Federativa do Brasil. Também são fundamentos de nossa organização social a cidadania e a dignidade da pessoa humana. Além disso, um dos objetivos fundamentais da República é "promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação".

O Governo Federal, ao tomar a iniciativa de elaborar o Programa Brasil Sem Homofobia, de combate à violência e a discriminação contra GLBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros), estabelece as bases fundamentais para ampliação e fortalecimento do exercício da cidadania homossexual no país. Um verdadeiro marco histórico na luta pelo direito à dignidade e pelo respeito à diferença. O Programa é uma articulação bem sucedida entre o Governo Federal e a Sociedade Civil Organizada, que se dedicou a um trabalho intenso e fundamental para o alcance dos resultados esperados com o programa. É o reflexo da consolidação de avanços políticos, sociais e legais tão duramente conquistados.

O Brasil tem avançado no objetivo de assegurar os mecanismos para combater a exclusão e a discriminação. O combate ao racismo e às desigualdades de gênero já faz parte da agenda nacional. A proteção dos direitos humanos é preocupação das casas legislativas, do executivo federal e de diversos executivos estaduais e municipais. O debate sobre políticas afirmativas para afro-descendentes e portadores de necessidades especiais ganha corpo. O respeito à diversidade é um valor cotidianamente incorporado em nossa sociedade.

Contudo, apesar destes avanços, a comunidade de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais ainda não tem seus direitos assegurados pela legislação federal. Mais grave ainda: apesar do crescimento do movimento homossexual, a homofobia e a violência contra a população GLBT continuam tristemente fazendo parte de nosso cotidiano.

O Brasil tem, portanto, uma grande dívida para com milhões de cidadãos, que ainda não têm seus direitos plenamente assegurados. Uma dívida para com os gays, lésbicas, travestis e transexuais brasileiros que não conseguem expressar sua orientação sexual de maneira livre, sem sofrer preconceitos. E que ainda não têm leis que os protejam da discriminação ou que lhes garanta a possibilidade de constituir relações estáveis, protegidas juridicamente. Hoje, no Brasil, os GLBT se constituem como cidadãos "de segunda classe", que, em decorrência do exercício de sua sexualidade diferenciado da maioria, não possuem, em absoluto, direitos civis.

O Congresso Nacional pode fazer muito para reverter esta situação. Existem vários projetos em tramitação nas duas Casas, que tratam da cidadania da população GLBT. A Frente Parlamentar Mista pela Cidadania GLBT, de caráter suprapartidário, que tem como objetivo reunir todos os parlamentares comprometidos com os direitos humanos, com o combate à discriminação e ao preconceito de todos os tipos, apontou uma agenda de projetos e temas de interesse dos homossexuais brasileiros. Entre as suas prioridades está a aprovação do Projeto de Lei Complementar nº. 122/06, já aprovado na Câmara dos Deputados, que criminaliza a homofobia, prestes a ser votado na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal.

Cabe, portanto, ao conjunto dos senadores e senadoras, independente de suas crenças religiosas, a tarefa de reafirmarem o caráter laico e republicano do Estado brasileiro, através da aprovação de legislação que criminalize a homofobia, bem como de outras ações, como a inclusão na Constituição Federal da proibição da discriminação por orientação sexual.

A realidade da maioria da comunidade GLBT continua marcada por rejeição e preconceito. A homofobia, a desconfiança, a desinformação predominam e são mais fortes do que tolerância, o respeito, e a aceitação da diversidade. A liberdade de expressão sexual é uma conquista que ainda não está garantida.

Marcellon
 * Bacharelado em Direito e Fundador do Grupo Gay de Alagoas, membro da Câmara Técnica de Segurança Pública para a população GLBT do Ministério da Justiça, ex-presidente da ABGLT - Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros.
marcellon@oi.com.br